

OLIVEIRA, José Aldemir de Oliveira. Amazônia: Conceito, Paisagem e Região. As novas Geografias dos países de língua Portuguesa: Cooperação e Desenvolvimento. Âncora Editora. Edição nº 41038, jul. 2020.

iberografias

38

**AS NOVAS GEOGRAFIAS
DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA:
COOPERAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO**

COORDENAÇÃO:
RUI JACINTO



cei
Centro de Estudos Ibero-americanos

Âncora
editora

IBEROGRAFIAS

38

AS NOVAS GEOGRAFIAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Coordenação :
Rui Jacinto

IBEROGRAFIAS

38

Colecção Iberografias
Volume 38

Título: As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação e Desenvolvimento

Coordenação: Rui Jacinto

Apoio à edição: Ana Margarida Proença e Sofia Martins

Autores: Bartolomeu Israel de Souza; Carlos Augusto de Amorim Cardoso; Célia Campos Braga; Clodoaldo Moraes Montenegro Júnior; Cristiane Marques de Oliveira; Débora Santana de Oliveira; Dirce Maria Antunes Suertegaray; Dora Isabel Rodrigues Ferreira; Fernanda Gonçalves Rocha; Fernando A. B. Pereira; Francisco José Araujo; Giampietro Mazza; Helena Maria da Silva Santana; Igor Breno Barbosa de Sousa; Iolanda Soares de Barros; Itaan de Jesus Pastor Santos; Ivaldo Gonçalves de Lima; Jessica Neves Mendes; Joana Capela de Campos; João Victor de Oliveira Melônio; José Aldemir de Oliveira; José Borzacchiello da Silva; José Ivaldo Barbosa de Brito; José João Lellis Leal de Souza; José Manuel Sánchez Martín; José Sampaio de Mattos Júnior; Leila de Oliveira Lima de Araujo; Lúcio Cunha; Manuela Delrio; Maria do Rosário da Silva Santana; Maria João Costa Gregório; Nicole Agostinha dos Muchangos; Otoni Moreira de Mesquita; Pedro M. Tavares; Pedro Vianna; Rafael Albuquerque Xavier; Ronaldo Barros Sodré; Rubens Teixeira de Queiróz; Rui Jacinto; Sofia S. Guilherme; Vítor Murtinho; Walter Guedes da Silva

Pré-impressão: Âncora Editora

Capa: Cláudia Fonseca | Âncora Editora
Fotografia: Vizinhança, Recife, Brasil, 2019
Autor: Rafael Cacao Botelho, Brasil

Impressão e acabamento: Eurompress - Indústria Gráfica

1.ª edição: julho 2020
Depósito legal n.º 471033/20

ISBN: 978 972 780 720 8
ISBN: 978 989 8676 23

Edição n.º 41038

Centro de Estudos Ibéricos
Rua Soeiro Viegas n.º 8
6300-758 Guarda
cei@cei.pt
www.cei.pt

Âncora Editora
Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.
1350-179 Lisboa
geral@ancora-editora.pt
www.ancora-editora.pt
www.facebook.com/ancoraeditora

O Centro de Estudos Ibéricos respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas. A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores

Financiado por:



As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa: um lento devir Rui Jacinto	7
---	---

PATRIMÓNIOS, PAISAGENS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Amazônia: Conceito, Paisagem e Região José Aldemir de Oliveira	25
--	----

Atividade de campo, paisagem e interdisciplinaridade, na Chapada do Araripe, Semiárido Brasileiro Bartolomeu Israel de Souza, Dirce Maria Antunes Suertegaray, José João Lellis Leal de Souza, Pedro Vianna, Rafael Albuquerque Xavier, Rubens Teixeira de Queiroz	51
--	----

Características do Ambiente Climático no Sul do Brasil Célia Campos Braga, Fernanda Gonçalves Rocha, José Ivaldo Barbosa de Brito, Lúcio Cunha	77
--	----

As paisagens culturais como leitura do território. O caso da Sardenha Giampietro Mazza, Manuela Delrio	89
--	----

Paisagem, Lugar e Memória: a pequena África Carioca Leila de Oliveira Lima Araujo	101
---	-----

O papel das ruínas na rede das aldeias históricas de Portugal Maria João Costa Gregório	111
---	-----

A arte e a cultura Ibérico/ Flamenga nas cortes de D. Catarina e de D. Joana de Áustria: Mecenato régio, político-religioso feminino, entre os Avis e os Habsburgo Pedro M. Tavares Orientação: Fernando A. B. Pereira, Sofia S. Guilherme	121
---	-----

A música no ritual e no rito da Encomendação das Almas na região transfronteiriça de Guarda/Salamanca Helena Maria da Silva Santana, Maria do Rosário da Silva Santana	141
--	-----

DINÂMICAS SOCIAIS E ECONÓMICAS EM DIFERENTES CONTEXTOS TERRITORIAIS

Estrutura e Dinâmicas Estratégicas da Diplomacia Cultural Brasileira Contemporânea Cristiane Marques de Oliveira	157
--	-----

Brasil e Portugal, duas rotas de democratização Francisco José Araujo	171
---	-----

Questão campo-cidade: A complexidade das dinâmicas urbana e rural no município de São Luís-MA Igor Breno Barbosa de Sousa, Itaan de Jesus Pastor Santos, Jéssica Neves Mendes, José Sampaio de Mattos Júnior, Ronaldo Barros Sodré	185
--	-----

Ambiente, Identidade e Despovoamento na Serra de Sicó Giampietro Mazza	199
--	-----

Potencialidades e desafios do Turismo em Mucugê na Chapada Diamantina	217
Iolanda Soares de Barros	
Paisagens costeiras e o Turismo em Inhambane (Moçambique)	233
Nicole Agostinha dos Muchangos	
Contributos para a Definição da Agricultura como Produto Turístico.	243
Dora Isabel Rodrigues Ferreira, José Manuel Sánchez Martín	
As Coexistências da Questão Agrária brasileira: Uma breve análise da violência e campo maranhense (2003-2018)	257
Clodoaldo Moraes Montenegro Júnior, João Victor de Oliveira Melônio, José Sampaio de Mattos Júnior, Ronaldo Barros Sodré	

CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sobre a convivialidade: por uma geografia social crítica dos Commons	269
Ivaldo Gonçalves de Lima	
A cidade como campo do conhecimento pedagógico	291
Carlos Augusto de Amorim Cardoso	
O lugar da mulher negra no espaço público Carioca	315
Débora Santana de Oliveira	
Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica: um exercício de mapeamento	331
Joana Capela de Campos	
Arquitetura do lugar	351
Otoni Moreira de Mesquita	
Interações fronteiriças das cidades gêmeas de Ponta Porã – Brasil e Pedro Juan Caballero – Paraguai	371
Walter Guedes da Silva	
Redesenhando os limites do património: o novo contorno da área Património Mundial da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia	385
Joana Capela de Campos, Vítor Murtinho	
Da cidade à metrópole: a formação de periferias, subúrbios e favelas	401
José Borzacchiello da Silva	

**PATRIMÓNIOS, PAISAGENS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Amazônia: Conceito, Paisagem e Região

José Aldemir de Oliveira

Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas

Compreender como se produz o lugar que é hoje a Amazônia leva-nos ao longo caminho que começa antes da colonização e vai aos dias atuais. Antes predominava a natureza que fornecia o necessário à reprodução da vida. Na fase que se segue, são erguidos monumentos ou ruínas, transformados em espaços estratégicos que assumem atributos de fronteira e são portadores de um modo de dominação, que se quer único, baseado na exploração dos recursos naturais e das populações indígenas.

A Amazônia pretérita era natureza, e a que se segue constitui-se de produção do espaço, moldada em diferentes épocas, como resultado das condições objetivas dos sujeitos sociais. Assim sendo, para uma primeira regionalização considera-se as espacialidades produzidas a partir da sociedade portadora de múltiplas referências de tempos-espaços. Como resultado propõe-se a periodização da Amazônia como: Indígena, Espanhola, Portuguesa e Brasileira. A base é o substrato da história que resulta em espacialidades e temporalidades diversas, fragmentadas, antagônicas e complementares, pois resultam da “prática espacial”.

A segunda regionalização resulta da Amazônia como natureza, como espaço político e de planejamento econômico que exige múltiplos caminhos metodológicos, embora já se tenha consolidado o entendimento de sua delimitação. Pode-se considerar como dimensão da natureza a extensão da Bacia Amazônica ou da “província botânica”, a floresta equatorial, que compreende a Pan-Amazônia e abrange nove países da América do Sul. Circunscritas ao espaço brasileiro, há a Amazônia Clássica, como espaço político das grandes regiões fisiográficas, e a Amazônia Legal, como espaço de planejamento econômico voltado para o desenvolvimento regional.

Não se trata do antagonismo natureza x sociedade, mas de considerar as dimensões humanas que produzem temporalidades múltiplas geradoras de espacialidades, não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas da superação de fatores que interagem no processo de conformação da região em que tudo é produzido, inclusive a natureza. Os esforços acumulados da ciência para estabelecer parâmetros aceitáveis para a definição da Amazônia não geram entendimento unânime a respeito das diversas paisagens e das múltiplas sociedades. Conclui-se que a compreensão da Amazônia, enquanto paisagem e região, expressa temporalidades diversas da sociedade-natureza e, portanto, denota periodização que resulta da totalidade do espaço-tempo.

Parte-se da premissa de que a Amazônia se constitui como uma invenção geográfica que passa da superação do entendimento da Amazônia como biodiversidade para sua compreensão enquanto sociodiversidade. Quando se investiga como se deu essa invenção observa-se um longo caminho que começa antes da chegada do colonizador, quando a Amazônia já estava ocupada e apresentava outras formas de espacialidades.

O processo de produção do lugar que muito tempo depois se tornou conhecido como Amazônia tem a ver com o que aponta Hoerner (1996), o qual retoma os escritos de Frémont (1976) de que, antes da dominância e da apropriação do espaço por relações com base num modo de produção, o ser humano se apropriou do espaço por meio dos costumes e do modo de vida. As características nessas sociedades não são menos complexas, nem necessariamente simples, ao contrário, encerram dimensões sofisticadas e variadas que, sem se afastarem do meio natural, garantiram as fronteiras, ampliaram seus limites e domínios. Esse processo ocorreu na Amazônia pretérita, num tempo referido através da expressão “antes a região não existia”¹, porquanto mesmo que a dimensão da sociedade na natureza já existisse, ainda não estava integrada à forma espacial unitária.

A espacialidade constituía-se por meio do uso da natureza como vivência, sendo o espaço a base material para a circulação, o acesso à alimentação e aos recursos usados para a morada. A natureza fornecia o necessário à produção e à reprodução da vida e as relações sociais não estavam marcadas por formas de dominação que suplantassem as outras, o que não significava a ausência de conflitos.

Essa relação do homem com o espaço é referida por Ailton Krenak, do grupo indígena crenaque de Minas Gerais, quando ele comenta o livro *Antes o mundo não existia*: “Ali onde estão os rios, as montanhas, está a formação das paisagens, com nomes, com significado direto, ligado com a nossa vida, e com todos os relatos da antiguidade que marcam a criação de cada um desses seres que suportam nossa passagem no mundo. Nesse lugar, que hoje se chama de *habitat*, não está um sítio, não está uma cidade nem um país. É um

¹ Uma referência ao livro *Antes o mundo não existia*: mitologia dos antigos Desana-Kêhiriporã (1995), de Firmiano Arantes Lana e Luiz Gomes Lana, cuja primeira edição é 1980.

lugar onde a alma de cada povo, o espírito de um povo, encontra a sua resposta, resposta verdadeira”. (1992, p. 201)

Na fase que se seguiu, com o início da colonização, as territorialidades tiveram suas gêneses induzidas ou surgiram espontaneamente. Elas demonstram eventos que se ergueram em monumentos ou ruínas e se transformaram em espaços do poder. As vilas, os fortes, as missões assumiram atributos de fronteira para o estranho ao território, e começa a se esboçar a ideia sobre a região.

Em outras palavras, antes da colonização, havia múltiplas territorialidades, o que significava diversidade de poderes, sem o predomínio de um sobre os outros. Com a colonização, esta ordem foi rompida, e o lugar passou a ser paulatinamente integrado aos circuitos da reprodução econômica mundial, primeiro ao mercantilismo, com a extração das “drogas do sertão”, em seguida ao capitalismo, com a exploração da borracha, e depois com a política desenvolvimentista de fronteira de recursos naturais, o que significou estruturar as espacialidades como região.

A abordagem que aqui se faz sobre a gênese da Amazônia enquanto conceito e paisagem tem como base a produção do espaço social que leva ao entendimento da região e ao seu processo de formação que é, ao mesmo tempo, histórico e geográfico, tendo como substrato o ambiental.

Figuras 1 e 2. Biodiversidade na Amazônia



Figura 1: Fonte: Jason and Capri's trip to Brazil 2007-2008
Figura 2: Fonte: www.oeco.org.br/reportagens/29273-icmbio-e-roraima

A invenção geográfica da Amazônia

Para os objetivos dessa discussão, é importante assinalar que se considera a Amazônia como uma “invenção geográfica” relativamente recente. Há estudos relevantes, bem consolidados, sobre o tema, na região, com destaque para dois livros amplamente citados,

reconhecidos pela qualidade literária e consistência teórica dos seus autores, que partem da premissa de que a Amazônia resultou de uma construção, expressa no título de ambos, *A invenção da Amazônia*², porém nenhum dos dois trata de quando a região passou a ser denominada enquanto tal. Como assinala, Garfield (2009), embora existam estudos que exploram o tema da “invenção” da Amazônia por meio da análise de textos literários, ainda há pouca atenção voltada para as questões estruturais, institucionais e geopolíticas que embasaram essa produção cultural.

Havia uma realidade geográfica ligada à natureza da floresta e dos rios, do Vale do Rio Amazonas, mas não havia uma discussão sobre a região, que só começou a se esboçar no século XIX, quando da unificação da região do Vale Amazônico ao território nacional, que a anexou ao Brasil enquanto unidade administrativa e política. Embora houvesse desde 1750 o domínio do território do Vale Amazônico com uma unidade política ligada diretamente a Portugal, o termo *Amazônia* não existia na documentação oficial nos séculos XVII e XVIII (CHAMBOULEYRON, 2006). O termo só começou a aparecer no final do século XIX.

Embora se recomende cautela quanto à data precisa do surgimento do termo Amazônia enquanto uma área delimitada, pode-se apontar como marco o final do século XIX, quando José Coelho da Gama e Abreu - o Barão do Marajó - utilizou a expressão Amazônia ao escrever o livro *Amazônia e as Províncias do Pará e do Amazonas e o governo central do Brasil* (1883), e iniciou o primeiro capítulo com a descrição da Amazônia, a importância do Pará e do Amazonas, suas posições em relação a outras Províncias do Império, as Nações com as quais faz limites e, finalmente, destaca sua extensão territorial.

A palavra Amazônia consolidou-se no fim do Império, precisamente em 1889, numa coletânea organizada por Santa-Anna Nery para a Exposição Universal de Paris, quando a expressão apareceu em dois artigos nela contidos. No primeiro, “Esquisse de L’Histoire de Brésil” (1889, p. 105-398), em que o Barão do Rio Branco apresentava o item denominado “Occupation de l’Amazone”, e no segundo, mais extenso, em que André Rebouças apresentava a divisão regional do Brasil em 10 zonas agrícolas (1889, p. 215-297), sendo a primeira “La zone Amazonienne”. Cinco anos depois, em 1894, na enciclopédia *Nouvelle Géographie Universelle*, Élisée Reclus, no tomo 19, analisava o Brasil e o fazia separando-o por regiões, ocasião em que apareceu, no primeiro plano, a palavra Amazonie (p. 117), formada pelos Estados do Amazonas e Pará. Consolidava-se, então, a palavra Amazônia, com a configuração de seu imaginário, e nela iniciava a impressão do arcabouço histórico e geográfico que aos pouco se foi desenvolvendo.

² MENDES, Armando. *A invenção da Amazônia*. Belém: UFPA, 1974. Coleção Amazônia - Série Tavares Bastos; e GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

Figuras 4, 5 e 6. Sociodiversidade na Amazônia

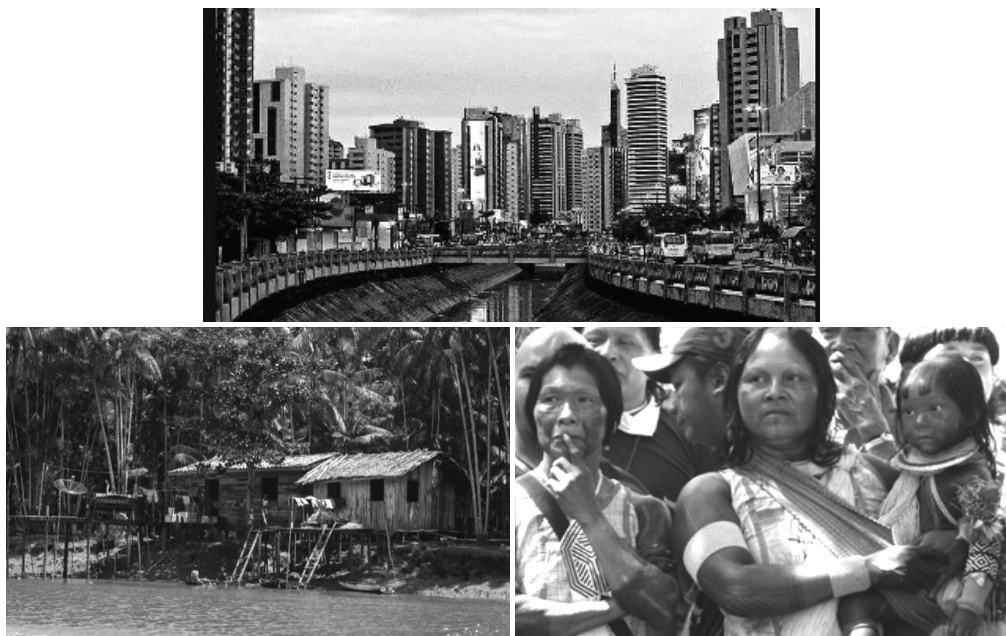


Figura 4. Fonte: <https://www.google.com/search?q=bairros+de+belém>
Figura 5. Fonte: <https://www.google.com/search?q=comunidades+ribeirinhas>
Figura 6. Fonte: Laila Menezes - CIMI

Amazônia: conceito e paisagem

Conceituar a Amazônia enquanto dimensão da natureza, de planejamento econômico e espaço político ou mesmo estabelecer seus limites tem sido demanda corrente nos estudos geográficos e de outras áreas do conhecimento, existindo extensa bibliografia que vai desde a informação jornalística e os estudos introdutórios aos textos de maior rigor científico. Todos invariavelmente começam abordando o que é a região amazônica, suas dimensões e demais características, todavia quase sempre os textos apresentam critérios e parâmetros diferentes. Isso decorre das dificuldades de estabelecer padronizações para conceituar região tão vasta e com diferentes entendimentos de sua biossociodiversidade.

A dimensão de região se adequa às análises e interpretações das complexas relações da Amazônia, levando em conta a sua porção internacional nos Estados-Nação do norte da América do Sul, em que as características naturais, apesar das diferenças, apresentam certo nível de aproximação, embora isso pareça impossível, considerando-se a multiculturalidade.

A dificuldade de conceituar a Amazônia do ponto de vista geográfico não é recente, conforme já advertia, há mais de meio século, um dos primeiros autores a enfrentar a

questão, Eidorfe Moreira (1957). Retomo algumas questões postas por ele, às quais acrescento a necessidade de considerar dois aspectos:

1. Do ponto de vista da natureza, a Amazônia, enquanto dimensão, comporta imprecisões, quer se considere a bacia hidrográfica, quer se considere a floresta equatorial amazônica - *Floresta Perenifólia Higrófila Hileiana*;
2. Do ponto de vista político, que leva em conta o papel estratégico da região para o restante do mundo, tem sido usada também a dimensão natural como o principal fator para a criação de planos e o estabelecimento de acordos, devido a suas extensas áreas naturais, algumas já em processo de degradação desde 1980, período em que ganham relevância as discussões ambientais a partir do crescimento dos movimentos ambientalistas e em que as ações de degradação do ambiente deixam de ser locais para se inserirem na escala mundial.

Além disso, é necessário considerar o papel da sociedade nessa região, visto que sem ela “o espaço é uma noção física, não uma noção geográfica” (MOREIRA, 1960, p. 10). Os oito Estados-Nação³ e a Guiana Francesa que formam a Pan-Amazônia apresentam realidades diversas, com diferentes povos vivendo na floresta e da floresta. Isso implica compreender como a sociedade relaciona dois aspectos diferentes e complementares que norteiam sua atuação no espaço, ou seja: o modo de atuação no meio e as dimensões políticas que sustentam as relações internas e entre os países vizinhos.

Figura 7. Mapa da Pan-Amazônia



Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/11/o-incansavel-e-falacioso-mito-da-internacionalizacao-da-amazonia-por-henrique-cortez/>

³ Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

O primeiro, ligado à natureza, está relacionado especialmente à floresta, às estimativas de desmatamento que explicitam de modo mais claro a ação da sociedade sobre o ambiente. Esse dado é difícil de ser aferido por causa das carências técnicas e da legislação de cada país, sem contar a fragilidade da conjuntura política decorrente das frequentes mudanças das instâncias do poder local. Apesar das dificuldades de aferição, entre 2000 e 2013, foi perdida a cobertura vegetal correspondente a 222.249 km². Até esta última data, havia sido devastada uma área de 13% nos nove países que integram a floresta amazônica (IMAZON, 2015).

Não menos sensíveis que a floresta são os rios que fazem parte da bacia hidrográfica, cuja grandeza é superlativa. Sendo a maior bacia hidrográfica do mundo, inunda 110 mil quilômetros quadrados de terras da América do Sul na estação de seca e três vezes mais na estação de cheia, e descarrega 300 mil metros cúbicos de água por segundo no Atlântico. O rio principal, o Amazonas, é responsável por cerca de 20% do volume total de água doce que entra no oceano, a qual corresponde a cerca de 1/5 da descarga total de todos os rios do mundo (NASCIMENTO, 2015).

As dimensões naturais da bacia hidrográfica possibilitam e atraem diversas atividades humanas, que buscam, a partir das condições jurídico-políticas de cada Estado-Nação, ter acesso à extração de recursos na mineração⁴ e florestais, especialmente madeira.

Há pressão sobre o uso de recursos hídricos para a instalação de grandes hidroelétricas, a exploração das terras no entorno para a pecuária de gado de corte e a agricultura intensiva ligadas à agroindústria destinada à exportação. Acrescente-se a isso a concentração de população urbana, que demanda água potável, e o impacto da poluição dos rios, visto que “em toda a bacia há cinco municípios com mais de um milhão de habitantes e três com mais de trezentos mil” (NASCIMENTO, 2015, p. 15), e várias pequenas cidades com baixa ou nenhuma infraestrutura de tratamento de esgoto e coleta de resíduos sólidos.

A abordagem da Amazônia como região recoloca os conceitos clássicos de região natural (Pan-Amazônia) no plano internacional. Por outro lado, no âmbito restrito do território brasileiro, existe tanto a possibilidade de entendimento da Amazônia a partir da regionalização por meio das características naturais e da região fisiográfica (Amazônia Clássica), como espaço político da ação, quanto a possibilidade de estudo da região geoeconômica (Amazônia Legal), como espaço de planejamento econômico. São conceitos caros à geografia, e pode-se sustentar que eles estão relacionados às duas dimensões fundadoras do pensamento geográfico, que, segundo Horácio Capel (1985), podem ser consideradas como “problemas-chave” e definidores da disciplina, quais sejam, o estudo da relação homem-meio e o estudo da diferenciação do espaço na superfície terrestre.

⁴ O Brasil tem 453 garimpos ilegais na Amazônia, de acordo com a RAISG (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada). Em toda a bacia que se estende por nove países, em quase 7 milhões de km², são mais de 2.500 garimpos. Reportagem de Fernando Tadeu Moraes. (Jornal Folha de São Paulo, 10 dez. 2018).

Parte-se desses conceitos para tentar refletir sobre as espacialidades socialmente produzidas na região amazônica, vistas como substrato da história dos homens.

Figuras 8 e 9. Mapas da Amazônia Legal e da Região Norte

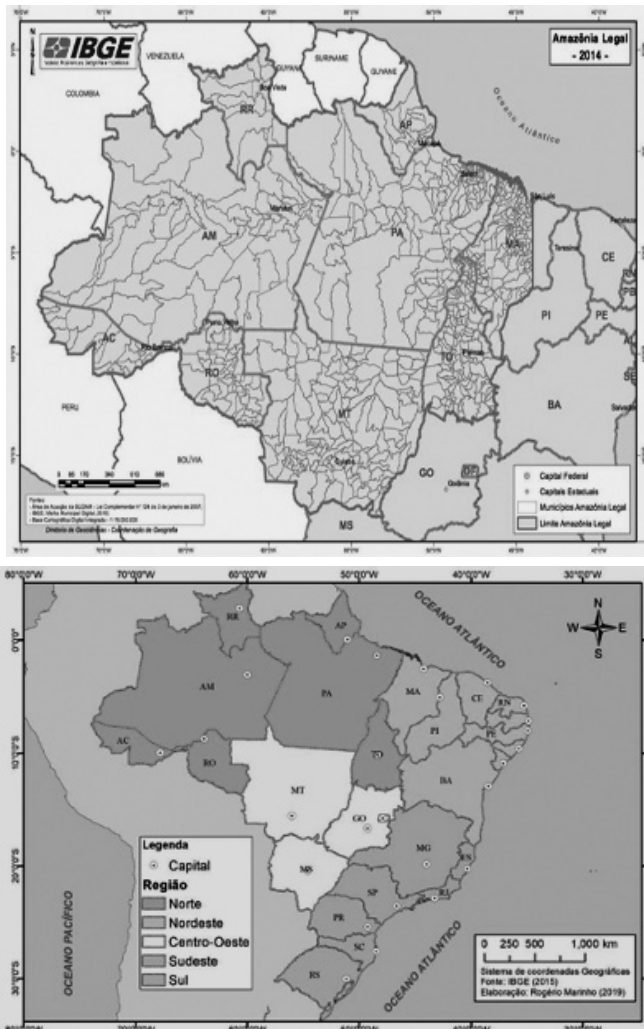


Figura 8. Fonte: <https://suportegeografico77.blogspot.com/2019/08/amazonia-legal.html>

Figura 9. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/498562621236035367/>

A Amazônia: região e espacialidade sócio-cultural-histórica

Os conceitos clássicos da região constituem-se nos dois aspectos-chave delineadores do entendimento da Amazônia Brasileira. O primeiro está relacionado à dimensão da

natureza que torna a Amazônia como a principal região natural do mundo a partir da segunda metade do século XIX. O segundo aponta para o entendimento da Amazônia como produção de um espaço que vai se moldando em diferentes épocas, como resultado das condições objetivas dos diversos sujeitos sociais em cada tempo e lugar.

Para além da Amazônia Legal e Região Norte, que serão tratadas noutra oportunidade, aqui se pretende discutir a Amazônia como resultado do processo histórico, com espacialidades e temporalidades diversas, que são ao mesmo tempo fragmentadas e articuladas, antagônicas e complementares (CORRÊA, 1995). Muito mais do que pelos desígnios da natureza, a Amazônia estrutura-se a partir da ação humana sobre o espaço, pela imposição de diferenças que tornam os espaços complexos e diversos, mesmo quando produzidos no mesmo tempo e lugar.

Não se trata do antagonismo natureza *versus* sociedade, mas de considerar as dimensões humanas que produziram temporalidades múltiplas e articuladas, geradoras de espacialidades, pois, como sustenta Massey (2008, p. 16), “se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros”. Ou seja, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas da superação de fatores que interagem no processo de conformação de uma área vista como região em que tudo é produzido socialmente, inclusive a natureza.

O entendimento da Amazônia como invenção concretiza-se a partir da sociedade portadora de múltiplas referências de tempos e de espaços e que resulta na seguinte periodização espacial: Amazônia Indígena, Amazônia Espanhola, Amazônia Portuguesa e Amazônia Brasileira. Não se trata de tempo linear nem cumulativo, mas de tempos sobrepostos por diversos processos sociais. Imbrica-se uma geografia do tempo-espaço (time-space geography) (GAMA, 2007) que dá expressão a condicionadores das interações.

A Amazônia Indígena

No período anterior ao que os europeus iniciaram o processo de colonização, o que hoje é a Amazônia não era o vazio demográfico que quase sempre é considerado. Ao contrário, os estudos de demografia histórica, as recentes pesquisas arqueológicas e as novas interpretações dos relatos dos primeiros cronistas demonstram que havia grandes contingentes humanos na região, o que permite seguir Eduardo Neves (2006), quando aponta que é importante considerar a História Antiga da região pela riqueza dos povos que habitavam especialmente as várzeas, o que possibilita estabelecer comparações com as histórias regionais contemporâneas em outros lugares do mundo.

Neves sustenta que no século XV, quando os europeus iniciaram o processo de colonização das Américas, a bacia amazônica já era densamente ocupada por diferentes povos indígenas há pelo menos 11 mil anos. O autor sugere que, com os avanços nas pesquisas em arqueologia,

esse período se revelará, talvez, ainda maior. A ocupação não foi regular, tampouco cumulativa, com períodos de estabilidade e outros de mudanças bruscas. Já no início do século XVII, quando começou efetivamente o processo de colonização portuguesa na foz do rio Amazonas, há documentos que se referem a grandes aldeias com milhares de pessoas integradas à rede de trocas comerciais e com complexas articulações políticas (NEVES, 2006).

No processo de superação da ideia de vazio demográfico, são recuperados os relatos dos primeiros cronistas, especialmente os do frei dominicano Gaspar de Carvajal, que participou como capelão e escrivão da primeira expedição espanhola de exploração do rio Amazonas (1541-1542). A expedição era comandada por Francisco de Orellana, que desceu o rio Amazonas desde o Equador até o Oceano Atlântico, quase um século antes de os portugueses iniciarem a colonização da Amazônia. Os seus relatos nem sempre foram reconhecidos, sendo por vezes considerados exagerados pela descrição de extensas aldeias e de grande quantidade de índios e por levar o estigma de ter inventado “as amazonas americanas”, que prejudicou a credibilidade de sua obra como um todo.

No relato de Carvajal, as aldeias, além de serem descritas como extensas, apresentavam certa estrutura: “Uma aldeia muito grande e populosa com muitos bairros, cada qual com desembarcadouro no rio (...) Havia lá uma praça muito grande e no meio da praça um grande pranchão de dez pés quadrados pintado e esculpido em relevo figurando uma cidade murada” (CARVAJAL, 1941, p. 49-51).

No século XVII, apesar da ação dos colonizadores, os relatos de Cristobal Acuña dão conta que numerosos grupos indígenas habitavam a região. Seus escritos foram produzidos quando os espanhóis desceram o rio Amazonas de Iquitos até a foz, por imposição do Vice-Rei do Peru, com vistas a acompanhar o retorno da expedição portuguesa de Pedro Teixeira em 1639. Apesar de ter passado quase um século de contato em relação ao relato de Carvajal e de várias entradas portuguesas e espanholas, a descrição mostra que ainda havia densa ocupação.

Às crônicas de Carvajal e de Acuña, acrescenta-se os dados coletados pelo Padre Samuel Fritz, que viveu no Alto Solimões entre 1686 e 1723. No final do século XVII, elaborou o que é considerado o primeiro mapa da região, nomeou 38 aldeias e mapeou 22 delas somente nas ilhas, além de relacionar mais 28 aldeias dos Omágua (FRITZ, 2006).

Os relatos dos religiosos e os dados arqueológicos são retomados nos trabalhos de demografia histórica de William Denevan (2003), que fazem importantes sínteses dos estudos demográficos e propõem estimativas das populações anteriores à chegada do colonizador. Para a Amazônia, Denevan leva em conta a diferença entre as áreas de várzea e as de terras firme, bem como o nível de ocupação das mesmas.

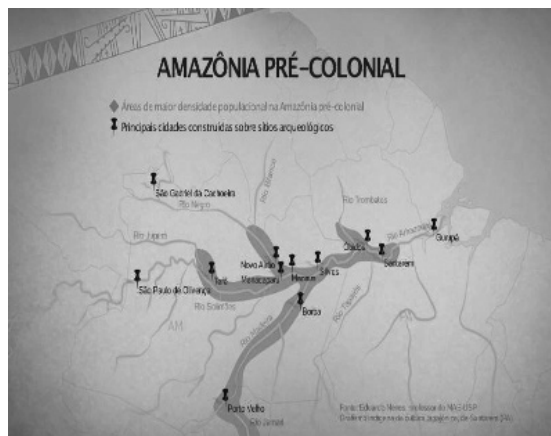
A ocupação a partir dos dois ambientes possibilitava diferentes práticas espaciais, o que resultou na maior produção na várzea e maior estabilidade na terra firme. Na várzea, durante os seis meses de vazante, havia a produção da agricultura de ciclo curto, especialmente a

mandioca, a captura de pescado, que garantia o abastecimento durante a enchente, quando as populações retornavam para a terra firme, onde faziam a cultura permanente de frutíferas, conforme se comprova nos estudos de William Ballé, que apontam: “pelo menos 12% da floresta de terra firme da Amazônia brasileira parece ser antropogênica, isto é, de origem bio-cultural que não teriam existido sem a interferência humana no passado” (BALLÉ, 1993, p. 231), bem como a existência de solos antropogênicos, conhecidos como terras pretas de índio.

A partir de metodologia que leva em conta a densidade por habitante e a diferença de ocupação na várzea e na terra firme, Denevan estima a população indígena para toda a Pan-Amazônia entre 5 e 6 milhões, para a bacia amazônica entre 3 e 4 milhões de habitantes (DENEVAN, 2003, p. 187) e, especificamente para a várzea do Amazonas, um pouco mais de 900 mil habitantes (DENEVAN, 1980, p. 28). No que concerne ao que é hoje a Amazônia Brasileira, os dados arqueológicos mais recentes (NEVES, 2006) permitem inferir que essa população ocupava a região há 11 mil anos, conforme as escavações da Caverna da Pedra Pintada em Monte Alegre-PA, que revelaram as mais antigas cerâmicas datadas na América do Sul. A datação neste local muda o entendimento de que a Amazônia era área periférica da ocupação humana do continente sul-americano (NEVES, 1999-2000).

Os relatos dos cronistas, a Demografia Histórica e os estudos arqueológicos corroboram com a perspectiva apontada por Moreira Neto de que a “ocupação” da Amazônia nos primeiros séculos significou “uma forma peculiar de colonização que, longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-a ininterruptamente em suas populações indígenas” (1983, p. 17). A “ocupação”, na perspectiva do colonizador, teve início a partir do século XVI, com as viagens dos primeiros espanhóis descendo o rio Amazonas, período definido como o da Amazônia Espanhola.

Figura 10. Desenho da Amazônia tapaiônica e pré-colombiana, de Eduardo Neves.



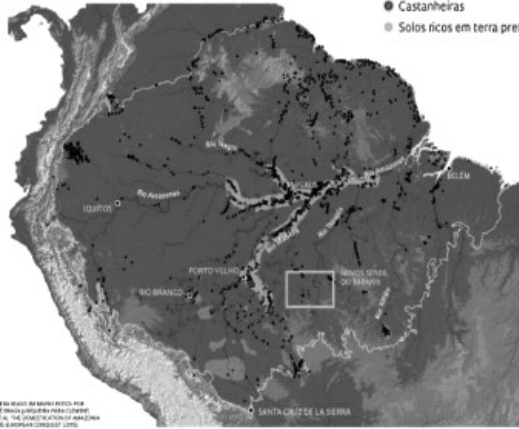
Fonte: <https://www.xapuri.info/acre/gente-floresta-ocupacao-pre-colombiana/>

Figura 11. Rastros da ocupação humana na Amazônia pré-colombiana

Rastros da ocupação humana

Os sítios arqueológicos, sobretudo os do centro-sul da Amazônia, situam-se perto de áreas ricas em terra preta, castanheiras, desenhos e valetas escavados no solo

- Sítios arqueológicos
- Geoglifos, valetas e antigas estradas
- Castanheiras
- Solos ricos em terra preta



Fonte: <https://www.xapuri.info/acre/gente-floresta-ocupacao-pre-colombiana/>

Figuras 12 e 13. Amazônia Indígena



Figura 12. Fonte: https://img.socioambiental.org/d/766701-5/yanomami_pop_edit.jpg

Figura 13. Fonte: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/imprensa/downloads/catalogo-ceramica-marajoara.pdf>

A Amazônia Espanhola

No início da colonização, parte do interior oeste do que é hoje a Amazônia Brasileira pertencia à Espanha por força do Tratado de Tordesilhas, de 1494. Além disso, há referências (REIS, 1989; GADELHA, 2002; RIBEIRO, 2005) de que os primeiros europeus a chegarem à Amazônia foram os espanhóis, que estiveram na região antes das caravelas cabralinas tocarem a costa brasileira. O primeiro foi Vicente Pizon, que, em fevereiro de 1500, aportou na foz do Amazonas, denominando-o de rio Santa Maria de la Mar Dulce e, no mesmo período, Diego de Lepe navegou na foz do Amazonas, denominando-o de rio Marañon.

O domínio geopolítico não significou colonização, e somente em meados do século XVI os espanhóis, que haviam conquistado as terras Incas na Costa do Pacífico, buscaram

o domínio e a conquista do território para além da Cordilheira dos Andes. Para isso, organizaram expedições que navegavam no sentido oeste-leste, acompanhando a correnteza do rio, o que era uma vantagem significativa para o meio de navegação da época. Organizaram a primeira expedição de reconhecimento do rio Amazonas navegando desde Quito até a foz (1541-1542) sob o comando do Capitão Francisco de Orellana, referida anteriormente.

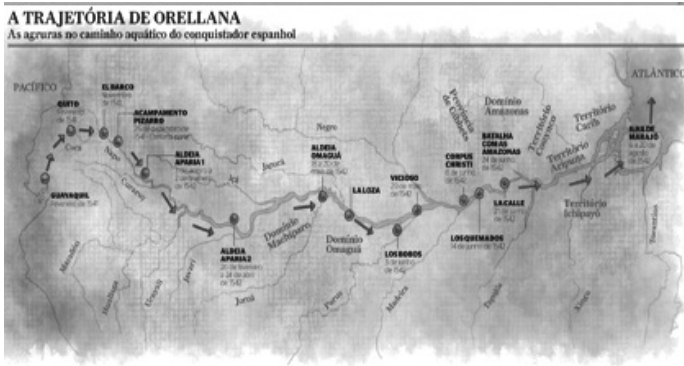
A expedição teve impacto sobre o processo de colonização da Amazônia, em primeiro lugar, por ter a Espanha considerado a área que corresponde ao rio Amazonas como lhe pertencendo, ou à sua representação no Vice-Reinado do Peru, garantia contida no Tratado de Tordesilhas. Tal consideração leva outros países europeus a criarem interesse pela extensa área e a reavivarem “a crença da existência de países fabulosamente ricos perdidos nas florestas equatoriais: o El Dorado, o Lago Paititi, a Gran Omagua, o País das Esmeraldas” (PORRO, 1992, p. 11). Porro conclui que, do ponto de vista etnográfico, a importância da expedição de Orellana e do relato que deixou frei Gaspar de Carvajal reside na descrição dos povos indígenas antes que começassem a ser modificados seus modos de vida e sofressem intenso extermínio decorrente do processo de colonização.

Ainda no século XVI (1560-1561), outra expedição espanhola foi organizada para descer o rio Amazonas, mas foi marcada por vários problemas, o que resultou em muitos percalços e pouco êxito. A expedição inicialmente foi comandada por Pedro de Ursúa, que foi assassinado. Assumiu a chefia Fernando de Guzmán, que também malogrou, ficando por fim o comando com Lope de Aguirre, que fez o percurso do Marañon ao Amazonas até próximo do Atlântico, não conseguindo atingir a foz. Aguirre possivelmente se perdeu entre os vários braços de rios e canais da foz do Amazonas, rumando em direção ao norte até chegar às proximidades da ilha da Trindade, no litoral venezuelano (GADELHA, 2002), onde foi preso e enforcado.

O fracasso da expedição de Ursúa e Aguirre e o fato de não encontrarem grandes minas de ouro e prata nem o El Dorado coincidiram com a descoberta das jazidas de prata do Potosi e a unificação das coroas ibéricas (1580-1640), acontecimentos apontados por Ribeiro (2005) como motivadores do desinteresse da Espanha por organizar novas expedições visando a explorar o rio Amazonas.

Quando da separação das coroas ibéricas em 1640, a “ocupação” dos espanhóis no Vale do Amazonas não se estendia muito além da cidade de Quito. As exceções eram as ações missionárias levadas a cabo por Samuel Fritz - padre jesuíta originário da Bohemia -, as quais se localizavam na região do Alto Solimões -Marañon. A decisão de Samuel Fritz de implantar as missões não se baseava apenas no fato de estar a serviço da Espanha, mas sim porque ele acreditava ter o respaldo do Tratado de Tordesilhas, que estabelecia a área como pertencente à coroa espanhola. Fritz viveu na região entre 1689 e 1723 e criou missões “desde um pouco abaixo do Napo até a barra do rio Negro” (GARCIA, 2006, p. 23).

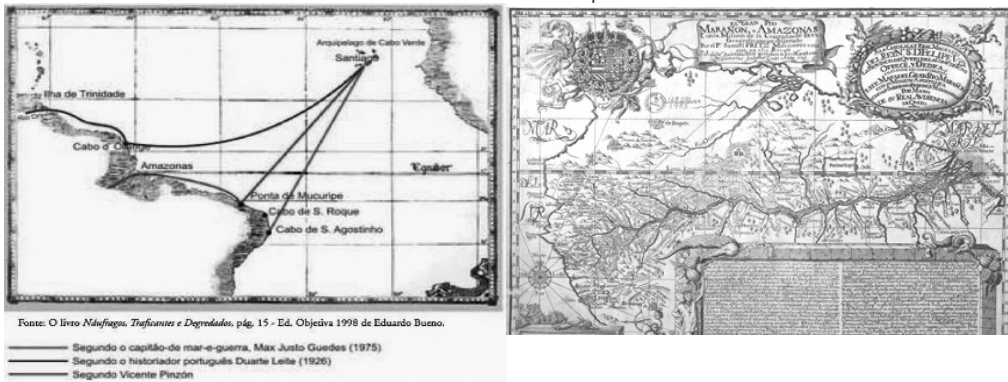
Figura 14. A trajetória de Orellana



Fonte: <https://rutenorte.com/cronicas-de-viagens/amazonia/#toggle-id-4>

Em fevereiro de 1709, o capitão Ignacio Corrêa, a serviço do governo do Pará, notificou o padre Juan Baptista Sanna, que na ocasião substituíra Samuel Fritz nas missões, que se retirasse do Marañon e do Napo, porque aquelas terras, desde o porto de Santa Rosa, pertenciam à Coroa Portuguesa. Houve reação dos espanhóis na Audiência de Quito, mas, finalmente, em 1710, os portugueses organizaram uma expedição de “21 canoas com 130 soldados e 300 índios” (GARCIA, 2006, p. 45) e ordenaram a saída dos missionários espanhóis. O domínio português sobre o território foi se firmando e se consolidou na segunda metade do século XVIII, tornando a área geográfica que estamos tratando, a Amazônia Espanhola, restrita no tempo e no espaço, o que não significa reconhecer que continuou a existir para outros lugares da Amazônia.

Figuras 15 e 16. Versões sobre a rota da expedição de Pinzon e Mapa do rio Maranhão ou Amazonas feito por Samuel Fritz.



Fonte: O livro *Náufragos, Traficantes e Degredados*, pág. 15 - Ed. Objetiva 1998 de Eduardo Bueno.

- Segundo o capitão-de-mar-e-guerra, Max Justo Guedes (1975)
- Segundo o historiador português Duarte Leite (1926)
- Segundo Vicente Pinzón

Figura 15. Fonte: https://img.travessa.com.br/capitulo/ESTACAO_BRASIL/NAUFRAGOS_TRAFICANTES_E_DEGREDDADOS_AS_PRIMEIRAS_EXPEDICOES_AO_BRASIL-9788556080042.pdf

Figura 16. Fonte: <https://www.wdl.org/pt/item/1137/>

Amazônia Portuguesa

Foi durante a União da Coroa Ibérica (1580-1640) que Portugal iniciou o processo de colonização da Amazônia, especificamente em 1616, quando Francisco Caldeira Castelo Branco, o capitão-mor, português do Maranhão, chegou à baía de Guajará, onde criou uma fortaleza que denominou de Forte do Presépio, e no entorno foi se erguendo a vila de Santa Maria de Belém, na área que inicialmente foi chamada de Feliz Lusitânia, depois Grão-Pará e, finalmente, Pará.

A estratégia era a ocupação da foz do Amazonas, afastando qualquer possibilidade de invasores estrangeiros, especialmente ingleses, franceses e holandeses, que passaram a ocupar a área ao norte da foz. Em decorrência, até o início do século seguinte, a “ocupação” portuguesa se limitou à parte litorânea, pouco se estendendo para o interior da região. Como parte dessa estratégia de consolidação do território, em 1621, o Conselho Ultramarino criou o Estado do Maranhão, que se instalou no ano de 1623, com sede na cidade de São Luís, que havia sido conquistada dos franceses em 1615.

A estratégia portuguesa para garantir a posse e a expansão do território durante todo o século XVI e na primeira metade do século XVII foi:

1. As expedições militares que partiam do Forte do Presépio adentrando o interior;
2. A criação de fortes como estratégia de defesa, de povoados e mais tarde de vilas como *locus* do projeto colonizador;
3. As missões religiosas, cujas congregações se espacializavam tendo como base a calha dos rios.

Antes disso, houve tentativas de “ocupação”, no início do processo de colonização portuguesa, logo após a criação do forte (1616) e a implantação do Estado do Maranhão (1621), com a concessão de sesmarias e a criação de capitanias hereditárias. Foram criadas seis capitanias hereditárias: em 1627, a capitania de Caeté, no rio Gurupi, doada a Feliciano Coelho de Carvalho e mais tarde repassada a Álvaro de Souza; Feliciano Coelho de Carvalho também recebeu a capitania de Cameté e mais tarde, em 1633, a capitania de Gurupá; em 1634, a capitania do Cabo Norte foi doada a Bento Maciel Parente, e a capitania de Joanes, no Marajó, foi doada a Antônio de Sousa Macedo; por fim, em 1681, a última capitania, a do Xingu, foi doada a Gaspar de Sousa de Freitas (RIBEIRO, 2005).

Consolidados o Forte do Presépio e a construção da vila ao seu redor, os portugueses iniciaram o processo de ampliação do território, usando como estratégia as expedições militares. A primeira delas, e talvez a mais importante, foi a de Pedro Teixeira, que foi organizada a partir da surpresa da chegada a Belém, em 1637, de dois missionários franciscanos que haviam descido o rio Amazonas desde Quito. A chegada dos dois missionários precipitou a organização da expedição, que partiu do forte no final do ano de 1637, contando com 70 canoas, 20 remadores em cada, efetivo militar de 70 soldados e 1.200 índios guerreiros e flecheiros que eram acompanhados por mulheres e filhos, num total próximo de 2.000 pessoas (BENTO, 2003).

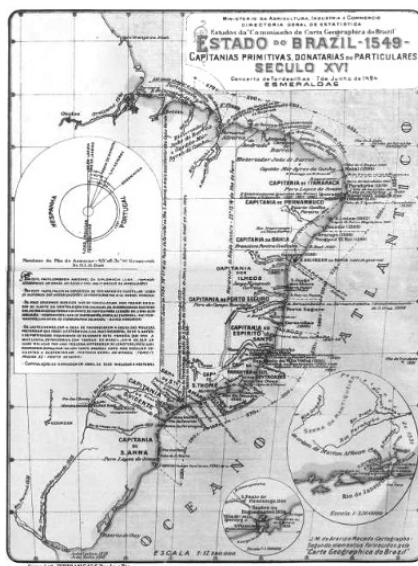
A expedição seguiu pelo rio Amazonas fazendo o caminho inverso dos espanhóis, navegando de jusante para montante, contra a correnteza, até atingir o rio Napo e chegar à cidade de Quito dez meses depois (PORRO, 1992), com ordens expressas do governador do Estado do Maranhão, à época da partida da expedição, Jácome Raimundo Noronha, de “reconhecer minudentemente o rio Amazonas, identificar portos para serem fortificados, assegurar boas relações com as populações indígenas e implantar, em área próxima às terras dos Omágua, uma povoação portuguesa” (RIBEIRO, 2005, p. 47).

No retorno, em agosto de 1639, na confluência dos rios Napo e Aguarico, Pedro Teixeira fundou a povoação Franciscana e solenemente tomou posse, de modo estratégico, em nome do rei da Espanha. Quando ocorreu a separação das duas coroas, os portugueses consideraram o limite oeste com a Espanha a partir do marco posto por Pedro Teixeira (RIBEIRO, 2005). Da povoação não há informações posteriores nem há qualquer vestígio, sendo discutida a “autenticidade do ‘Auto de Franciscana’”, divulgada por Bernardo Berredo no século XVIII, que a copiou dos arquivos de Belém, onde já não mais se encontra” (GOES FILHO, 2016, p. 32).

A partir da viagem de Pedro Teixeira, começou o processo de colonização propriamente dito e de consolidação do território que culminou com o Tratado de Madrid em 1750. Foi criado, por meio da carta régia de 2 de agosto de 1654, o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Porém, para garantir o domínio sobre o território, estruturaram-se as missões religiosas, iniciaram a criação dos fortes e povoados e, de modo transversal, foi viabilizada a exploração das “drogas do sertão”, que, para ser concretizada, necessitava da força de trabalho indígena, utilizada com as funções de remeiros, caçadores, pescadores, extrativistas, além de atuantes em trabalhos de construção dos fortes e casas.

Uma das estratégias portuguesas para a ocupação do território foi o estabelecimento de missões religiosas. Adélia Engrácia de Oliveira, usando documentos e obras dos séculos XVII e XVIII, mostra que os primeiros a chegar foram os Franciscanos da Província de Santo Antônio, em 1616, para atuar no Cabo Norte, no Baixo Amazonas, em Trombetas, na Ilha do Marajó e em Tocantins. Em seguida, chegam Carmelitas, em 1626, e passam a atuar na bacia do rio Negro, do Solimões, do rio Xingu, em localidades próximas a Belém e à Ilha do Marajó. Os Mercedários chegaram em 1639 ou 1640 e atuaram no rio Negro e na Ilha do Marajó. Depois os Jesuítas, que chegaram em 1653, atuaram no Cabo Norte, no Baixo e Médio Amazonas, em Bragantina, na Ilha do Marajó, em Tocantins, no Xingu, no Madeira, no rio Negro, no rio Branco, no Tapajós e em limites do Pará com o Maranhão. Por fim, chegaram os Capuchos de São José ou da Piedade, em 1692, para atuar no Baixo e Médio Amazonas, no Cabo do Norte e em Tocantins. E já no século XIII, os Capuchos da Conceição da Beira e Minho, que chegaram em 1706 e atuaram no Cabo do Norte e na Ilha do Marajó (OLIVEIRA, 1988, p. 75-78).

Figura 17. Amazônia Portuguesa



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart.

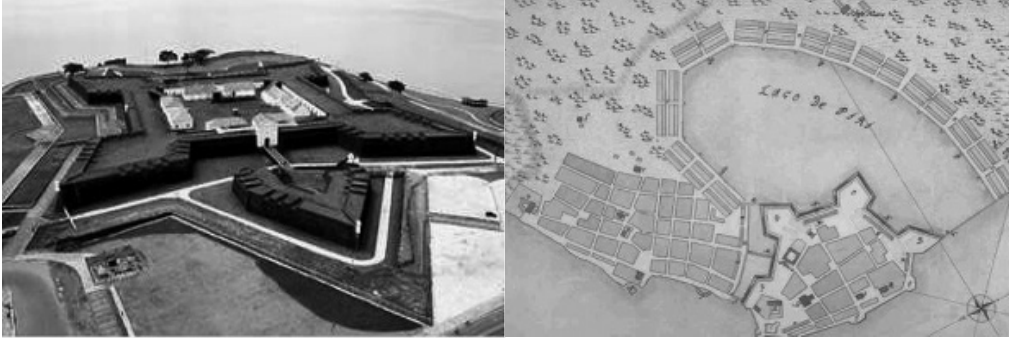
Também foram criados fortes e, a seu redor, foi construído o aldeamento ocupado por índios que passavam pelos processos de descimento, resgates ou guerras justas. Os fortes começaram a ser construídos e implantados no século XVII, especialmente a partir da criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, sem vínculo com o restante do Brasil e subordinado diretamente à coroa portuguesa. No século XVI, os fortes se concentravam na calha do rio Amazonas, da foz até o rio Negro, tendo sido construídos na seguinte ordem: Forte do Presépio ou Forte do Castelo – 1616; Forte de Santo Antônio de Gurupá – 1623; Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro – 1669; Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru ou Forte da Vila de Almeirim – 1680; Forte de Santo Antonio dos Paxis de Óbidos – 1685; Fortaleza do Tapajós no Santarém - 1697.

No século XVIII, os fortes foram sendo construídos no sentido do interior da fronteira a oeste, visando à defesa contra os espanhóis, e ao norte da calha do grande rio para a defesa contra os ingleses, holandeses e franceses. Como parte desta estratégia, foram construídos os fortes de Nossa Senhora da Conceição ou Forte de Bragança/RO (1754), Forte de São Gabriel (1761), Fortaleza de São José de Macapá (1764), Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (1766), Forte de São Joaquim do Rio Branco (1775) e Real Forte Príncipe da Beira (1776) (REIS, 1959 e 1989; SARAGOÇA, 2000; TAVARES, 2007; COSTA, 2015).

A criação dos fortes, iniciada no século XVII, revela a estratégia portuguesa para a conquista do território, sendo o ponto de apoio para a interiorização da região, até atingir, em meados do século XVIII, a parte mais a oeste com a construção do forte de

São Francisco Xavier de Tabatinga, situado a 3.500 quilômetros da foz do rio Amazonas, consolidando a fronteira ocidental da Amazônia Portuguesa.

Figuras 18 e 19. Fortificações e vilas da Amazônia Portuguesa



Figuras 18 e 19. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart

O processo de expansão da Amazônia Portuguesa ocorreu com a garantia do território por meio do Tratado de Madrid (1750), mas a consolidação só se concretizou com a criação de vilas e cidades enquanto *locus* de entrada na região do novo, da implantação de organizações coloniais de poder do Estado e da igreja, e de saída de produtos oriundos do extrativismo. Esse processo começou com a criação das duas primeiras cidades no século XVII, São Luís do Maranhão, fundada em 1612 pelos franceses, como Daniel de la Touche, por ocasião da fracassada tentativa de estabelecimento da “França Equinocial”, a qual foi tomada pelos portugueses, em 1615; e Santa Maria de Belém do Grão-Pará ou Nossa Senhora de Belém, fundada em 1616 na baía do Guamá, nas cercanias do Forte do Presépio. Às duas cidades se sucede a criação das primeiras vilas: Sousa de Caeté, em 1634; Viçosa da Santa Cruz de Cameté, em 1637; Gurupá, em 1637; e Nossa Senhora de Nazaré da Vigia, em 1693; além de 70 estabelecimentos, distribuídos entre aldeamentos de índios descidos e missões religiosas (AZEVEDO, 1956; ARAÚJO, 1998).

Ao término do século XVII, as ocupações portuguesas concentravam-se na área litorânea a leste, ao redor da foz do rio Amazonas. As primeiras tentativas de ocupação portuguesa para o interior da região ocorreram na segunda metade do século XVII, em 1659, quando dois missionários jesuítas entraram em contato com os índios do rio Negro, reunindo-os numa missão localizada possivelmente na foz do rio Tarumã. A missão foi abandonada dois anos depois e, enquanto permaneceu ativa, serviu como ponto de apoio ao descimento de índios, “600 no primeiro ano e mais 700 um ano depois” (BARROS *apud* MOREIRA NETO, 1983, p. 16), todos levados para a cidade de Belém, com significativo impacto demográfico, visto que a cidade, à época, era um aglomerado de 2.500 pessoas.

Na primeira metade do século XVIII, o processo de criação de novas vilas pelos portugueses continuou lento, e a ação mais expressiva foi a expulsão dos missionários jesuítas espanhóis que tinham criado e dirigiam os aldeamentos no Oeste, no Médio e Alto Solimões. Os portugueses dominaram as missões e se apoderaram das vilas e povoados, entregando-os aos cuidados dos missionários carmelitas, e estes as transformaram nas vilas de “Fonte Boa, Coari, Tefé e São Paulo de Olivença” (REIS, 2006, p. 133). Em 1743, um cientista francês, ao passar pela região, descreveu a situação no Solimões: “Coari é o último dos seis povoados dos missionários carmelitas portugueses, cinco dos quais formados a partir dos destroços da antiga missão do padre Samuel Fritz e compostos de um grande número de diversas nações, a maioria transplantada” (LA CONDAMINE, 1992, p. 73).

Na primeira metade do século XVIII, toda a área que corresponde à Amazônia já estava de fato sob a posse e o domínio de Portugal, que continuou com a estratégia de criação dos aldeamentos indígenas e missionários como base para a criação, a partir de 1750, de vilas visando a transformar o Vale do Amazonas em parte do seu extenso Império colonial (COELHO, 2008).

Figuras 20 e 21. Mapa de expedições militares no rio Amazonas oriundas de Belém do Grão-Pará e Viagem de ida e volta de Pedro Teixeira entre Belém e Quito. Imagem de Ribeiro.

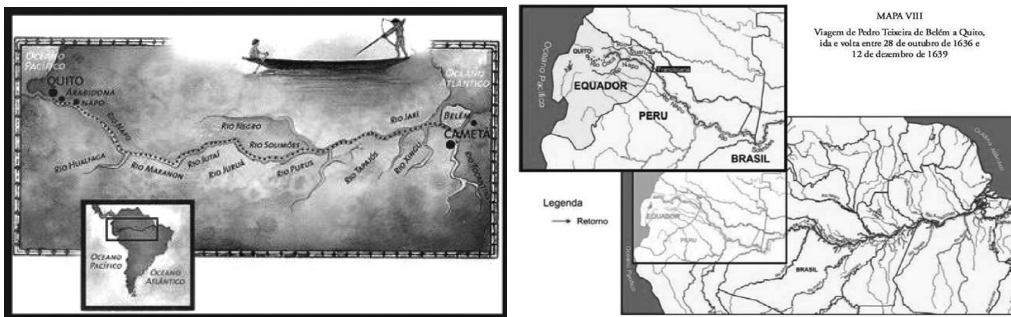


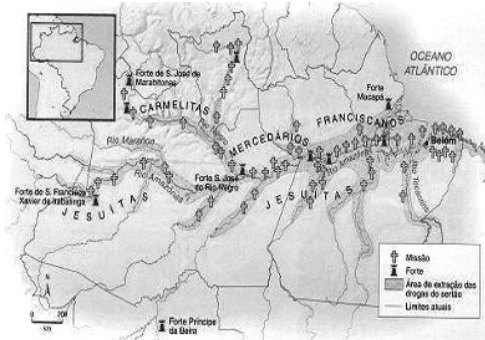
Figura 20. Fonte: <https://www.qconcur.com/questoes-de-concur/questoes/fe171392-fe>
 Figura 21. Fonte: <https://docplayer.com.br/76582831-Defesa-e-soberania-na-amazonia-um-estudo-sobre-o-sipam-sivam.html>

No ano de 1750, D. José I nomeou para o Conselho do Rei a Sebastião José Carvalho e Melo – Marquês de Pombal –, que, em seguida, no ano de 1756, passou a ser o Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Considerado um despota esclarecido e ilustrado, impôs o modo de governar característico do século XVIII: o absolutismo arbitrário ou opressor (LUÍS, 1984), e se transformou na principal figura da corte em todo o reinado de Dom José I.

No caso específico do que é hoje a Amazônia, foram adotadas medidas que modificaram o processo de colonização na parte do interior ocidental da região. A primeira medida foi

estruturar o território: o Estado do Maranhão, criado em 1621, e que havia sido transformado em Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654), foi transformado em Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751), com sede em Belém, sendo nomeado como seu primeiro governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que iniciou a política de efetiva “ocupação” da Amazônia Portuguesa. Pode-se afirmar que “o ministro e seu irmão pretendiam ‘restaurar’ a abandonada selva amazônica e tirar do obscurantismo os seus habitantes” (ARAÚJO, 1998, p. 107), inserindo definitivamente a região no modelo mercantilista de exploração dos recursos naturais e de criação de mercado para produtos manufaturados.

Figura 22. Fortins, aldeias missionárias e extração das “drogas do sertão” na Amazônia Portuguesa



Fonte: <http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/contatos/140mission.html>

Entre 1755 e 1760, em toda a região, desde a foz até a fixação do limite com a Espanha, a oeste, na foz do rio Javari, quarenta e seis aldeias e missões foram elevadas à categoria de vila, e vinte e três lugares foram criados (CORRÊA, 2006; ARAÚJO, 1998; OLIVEIRA, 1988).

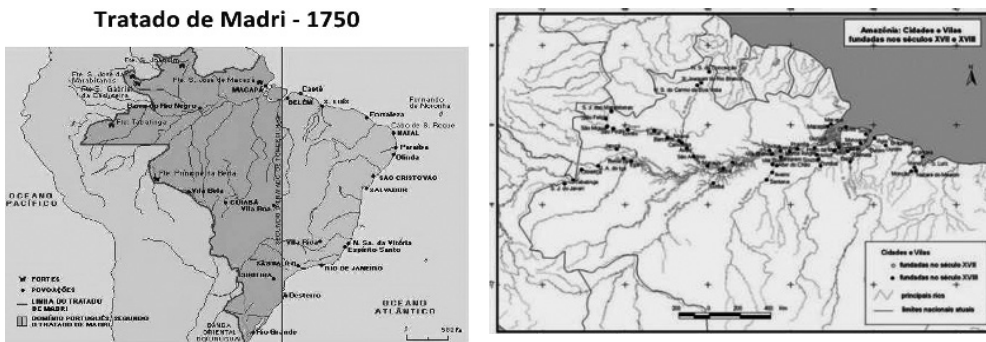
Com o retorno de Mendonça Furtado a Portugal em 1758, assumiu o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão o Senhor Manuel Bernardo de Melo e Castro, enquanto Joaquim de Melo e Póvoas continuou como governador da Capitania de São José do Rio Negro, o qual fundou mais oito vilas. Seguiram-se outros governos, mas sem o mesmo ímpeto de criação de vilas. Em 1777, a Capitania de São José do Rio Negro contava com dezessete vilas e vinte e três povoações, com uma população não indígena da ordem de 1.476 habitantes.

No final do século XVIII, estava consolidada, do ponto de vista do território, a Amazônia Portuguesa. Os povoados e vilas localizavam-se de modo disperso no sentido linear, estendendo-se da foz do rio Amazonas a leste, penetrando em direção a oeste cerca de três mil quilômetros até a vila de São Francisco Xavier de Tabatinga, no Alto Solimões, na fronteira com áreas então sob o domínio da Espanha. A direção leste-oeste do povoamento acompanhava a calha do rio Amazonas/Solimões e contrastava com a pouca densidade da

ocupação portuguesa no sentido norte/sul, mas possuindo alguma importância ao norte, no Vale do rio Negro, as vilas e povoados, que se estendiam ao rio Branco; no entanto, ao sul, havia pouca expressividade, limitando-se a importância à vila de Borba e ao povoado São Francisco de Crato, no vale do rio Madeira.

A Amazônia Portuguesa consolidou a rede de cidades inicialmente dispersas às margens dos grandes rios que, de certo modo, compõem o que se denomina de cidades ribeirinhas. O processo de criação destas cidades não se deu ao acaso, mas refletiu o urbanismo adotado em Portugal, com as adaptações inerentes às especificidades do lugar. O movimento que culminou na unificação do território nacional por conta da Independência reestruturou a última fase da periodização espacial da Amazônia, que iniciou, nas primeiras décadas do século XIX, a Amazônia Brasileira.

Figuras 23 e 24. Conquista e consolidação do território



Figuras 23 e 24. Fonte: Renata Malcher de Araújo, 1998.

Amazônia Brasileira

A partir de 1822, acentua-se o que viria a ser chamado de a Amazônia dos tempos lentos, da história do atraso que vai conformar a região como periferia. Contraditoriamente, a região amazônica foi inserida nos movimentos de tempos rápidos quando foram criadas as condições para o processo de unificação do território nacional. Tais condições davam-se no espaço pela introdução do navio a vapor (1853) e por causa da abertura do rio Amazonas à navegação internacional (1866), fatores que demarcaram o período, determinaram o espaço político da Amazônia Brasileira e possibilitaram o primeiro surto econômico da Amazônia, a exploração da borracha natural.

A extração do látex possibilitou a exploração extensiva dos seringais, que resultou no boom econômico, dando nova face à região ao ser inserida no circuito da circulação e reprodução do capital como fornecedora de matéria-prima importante no desenvolvimento

dos pneumáticos, fundamentais à indústria automobilística nascente. Como consequência, avançou o processo de exploração de uma riqueza natural, tendo sido incorporadas novas áreas ao processo produtivo dos seringais e, à medida que avançava na direção dos altos rios, o processo de exploração do látex “ia ocupando” espaços que antes estavam sob o domínio das populações indígenas, os quais foram incorporados ao território nacional.

A produção da borracha e o crescimento de sua demanda externa, ocorridos nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, de um lado, representaram grande crescimento econômico, de outro, acentuaram as características da sociedade local, que, do ponto de vista econômico, se contentava com a atividade baseada exclusivamente na extração de produtos naturais e na sua exportação. Nas relações de trabalho, predominava a “lei da selva”, pois a jornada de trabalho do seringueiro começava na madrugada e encerrava ao anoitecer, estendendo-se por cerca de 15 horas diárias (BRASIL – Banco da Amazônia, 1967).

Figuras 25 e 26. Estado do Grão-Pará e Estado do Brasil, colônias de Portugal e Divisão política do Brasil durante o Império

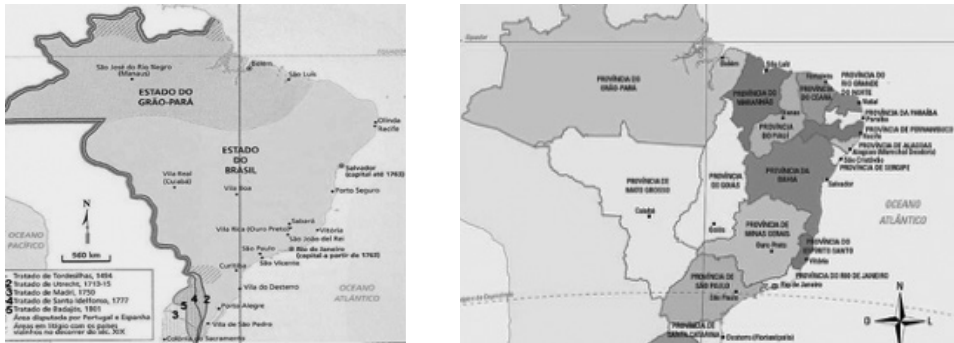


Figura 25. Fonte: <http://drjosiascavalcante.com.br/site/historia/os-dois-brasis-coloniais/>
 Figura 26. Fonte: <http://obshistoricogeo.blogspot.com/2016/06/resumo-brasil-imperio.html>

A maneira como se desenvolveu espacialmente a atividade de extração do látex, dispersa e isolada nos altos vales dos rios, contribuiu para a existência de vínculos quase que exclusivos do seringueiro com o barracão e restringiu as possibilidades da utilização do dinheiro. Em decorrência, generalizou-se o aviamento como meio de troca nos seringais, contribuindo para a imposição da hierarquia do poder existente, reforçando e garantindo a dependência do seringueiro ao barracão, do seringalista à casa aviadora e do aviador às casas exportadoras.

O *boom* da borracha perdurou até 1912 e possibilitou, com todas as contradições apontadas (MESQUITA, 1997; DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003), que a cidade passasse por significativo processo de modernização, resultado dos efeitos imediatos da exploração e da exportação do látex como principal produto, que se completava com outros produtos de origem extrativista. Esta característica da economia da Amazônia está inserida

na transição da economia brasileira do século XIX para o século XX, que se baseou na produção agrícola compartimentada e distribuída pelas várias regiões do Brasil. Como assinala Caio Prado Júnior (1978), cada uma das regiões passou a desenvolver a monocultura de maneira isolada e a produzir quase que exclusivamente para a exportação, fatores que demarcaram e consolidaram a Amazônia Brasileira que, a partir de 1912, passou por uma crise apenas amenizada no final da década de 1930, com a tentativa de retomada da produção da borracha para atender à demanda externa decorrente do bloqueio dos seringaais asiáticos. O período de exploração do látex a partir de 1930, chamado de “batalha da borracha”, teve efeito efêmero até o surgimento da política de integração da Amazônia, efetivado nos anos 60, a qual determinou a produção de diferentes formas espaciais que possibilitaram o desenvolvimento de novas atividades econômicas, as quais, porém, se chocaram com as relações de produção até então existentes e transformaram a ideia de que a Amazônia era uma região-problema para a ideia de que a região se constituía em “vazio demográfico”. Com isso, foram viabilizados projetos de “desenvolvimento regional” cuja meta era a “ocupação” da região para integrá-la ao restante do Brasil, o que significa que a região passaria da situação de decadência para a de ascensão econômica. Este processo ainda não se concluiu e já está em crise, questão que demarca uma nova espera a respeito de políticas de desenvolvimento viáveis para a Amazônia.

Breve consideração final: Para além do caráter ambiental, os fatores sócio-cultural-histórico

O entendimento a respeito da Amazônia aqui esboçado é e segue além da abordagem sócio-cultural-histórico, para considerar essa região sob o aspecto explicitamente geográfico, a saber, sua inserção na natureza e na sociedade. Neste sentido, a dimensão da Amazônia e suas múltiplas culturas estabelecem certo nível de legitimidade quanto a sua existência e a seu reconhecimento espacial. Acolhe-se o pensamento de Wanderley Messias da Costa (2018), que sustenta ser a Amazônia uma região estratégica do ponto de vista geopolítico pela extensão e biodiversidade da maior bacia hidrográfica e da maior floresta tropical do mundo. À biodiversidade acresce-se a sociodiversidade relativa às várias nações indígenas, aos povos ribeirinhos e aos povos da floresta que se juntam a grandes contingentes habitacionais a viverem nos centros urbanos dos nove países que formam a Amazônia. Portanto, mais do que aspectos da natureza que servem para se estabelecer sua extensão, a Amazônia precisa cada vez mais ser considerada como uma região sócio-cultural-histórica e ambiental, concepção complexa que ultrapassa aquela última dimensão, a ambiental, pois a Amazônia se estabelece por meio do domínio da cultura.

Referências

- ARAÚJO, Renata Malcher de - *As cidades na Amazônia no século XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 1998.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FFCL, Boletim 208, 1956.
- BALÉE, William. Indigenous transformation of amazonian forest: an example from Maranhão, Brazil. *L'Homme*, n. 126-128, Année 1993. p. 231-254. Disponível: https://www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1993_num_33_126_369639. Acesso: 16 jan. 2019.
- BARÃO DO MARAJÓ. *Amazônia e as Províncias do Pará e do Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa: Typographia Minerva, 1883.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Amazônia Brasileira conquista, consolidação e manutenção - História Militar terrestre da Amazônia 1616-2003*. Porto Alegre: Academia de História Militar e Terrestre do Brasil, 2003. Disponível: http://www.ahimtb.org.br/LIVRO_AMAZONIA.htm. Acesso: 21 jan. 2019.
- BRASIL - Banco da Amazônia e Universidade Federal do Pará. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia*. Belém, 1967. (Coleção Amazônica – série Augusto Montenegro).
- CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1985.
- CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristobal da. *Descobrimento do Rio Amazonas*. Traduzido e anotado por C. de Melo-Leitão. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941. (Coleção Brasileira, v. 203).
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 14 mai 2006. Disponível: URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/2260>; DOI: 10.4000/nuevomundo.2260. Acesso: 17 jan. 2019.
- COELHO, Mauro Cezar. O imenso Portugal: vilas e lugares no vale amazônico. *Revista Territórios e Fronteiras*, UFMT, v.1 n.1 – jan./jun. 2008. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4807312.pdf>. Acesso: 21 jan. 2019.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia In: CASTRO, Iná e outros. *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 13-47.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazonia. In: *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 181-253.
- COSTA, Graciete Guerra da. Fortes portugueses na Amazônia brasileira. Trabalho de Pós-doutora (Relações Internacionais) Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2015. Disponível: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21809>. Acesso: 21 jan 201
- COSTA, Wanderley Messias da. Prefácio. In: NUNES, Paulo Henrique Faria. *A institucionalização da Pan-Amazônia*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- DENEVAN, William M. La población aborigen de la Amazonía en 1492, *Amazonía Peruana*, vol. III, n. 5, junio 1980. p. 3-41. Digitalizado en El CENDOC - CAAAP. Disponível: <http://www.caaap.org.pe/RevistaAmazonia/AmazoniaPeruanaN%C2%B05.pdf>. Acesso: 8 jan. 2019.

- DENEVAN, William M. The native population of Amazonia in 1492 Reconsidered. *Revista de Índias*, 2003, vol. LXIII, n. 227, 175-188. Disponível: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewFile/557/624>. Acesso: 28 dez. 2018.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto - Manaus 1890 - 1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.
- FRÉMONT, Armand. *La région, espace vécu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.
- FRITZ, Samuel. *O diário do Padre Samuel Fritz*. Manaus: EDUA; Editora da Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006. (Edição fac-símile) p. 64-122.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Revista Estudos Avançados*. vol.16 no. 45 São Paulo, mai-aug 2002. *On-line version*. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005. Acesso: 09 jan. 2019.
- GAMA, António. Uma revisitação à Time-space geography: a geografia do tempo e a teoria social. In: *Geophília: o sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2007. p. 99-112.
- GARCIA, Rodolfo. Introdução. In: PINTO, Renan Freitas (org.) *O diário do Padre Samuel Fritz*. Manaus: EDUA; Editora da Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006. p. 12-63.
- GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, junho 2009. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso: 18 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882009000100002>.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. O contexto histórico da viagem de Pedro Teixeira. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira e COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (org.). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 27-42.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HOERNER, Jean-Michel. *Géopolitique des territoires: de l'espace approprié à la suprématie des Etats-Nations*. Perpignan: Presses Universitaires de Perpignan, 1996.
- IMAZON - Desmatamento: Pan-Amazônia perdeu território do tamanho de Rondônia. IMAZON, 2015, Portal Amazônia, com informações de O Eco. Disponível: <http://portalamazonia.com/noticias/desmatamento-pan-amazonia-perdeu-territorio-do-tamanho-de-rondonia>. Acesso: 12 jan. 2019.
- KRENAK, Ailton. "Antes, o mundo não existia." In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/03/krenak-1994.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2019.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.
- LANA, Firmiano Arantes e LANA, Luiz Gomes. *Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kêhíripôrá*. 2. ed. São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1995. 264 p. (Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro).
- LUÍS, Augustina Bessa. *Sebastião José*. 2. ed. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.
- MASSEY, Dorean. *Pelo espaço: uma política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MENDES, Armando. *A invenção da Amazônia*. Belém: UFPA, 1974. Coleção Amazônia - Série Tavares Bastos.

- MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura - 1890-1910*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- MORAES, Fernando Tadeu Moraes. Amazônia brasileira abriga 453 garimpos ilegais, mostra estudo. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de dezembro de 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/12/amazonia-brasileira-abriga-453-garimpos-ilegais-mostra-estudo.shtml>. Acesso: 11 jan. 2019.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: Museu Goeldi, 1983, p. 13-42.
- MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia - o conceito e a paisagem*. 9. ed. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima).
- NASCIMENTO, Fernanda Souza do. Manejo Integrado e Sustentável dos recursos hídricos trans-fronteiriços da bacia do rio Amazonas considerando a variabilidade e a mudança climática. Relatório Final. OTCA/GEF/PNUMA GEF-Amazonas. Brasília: 2015.
- NEVES, Eduardo. O novo e o velho na arqueologia amazônica. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 86-111, dez. fev. 1999-2000
- NEVES, Eduardo. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (século XII ao XX). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*, 4(11), 1988. 65-116.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 - 1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Livraria Valer, 2003.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PORRO, Antonio. *As crônicas do Rio Amazonas*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.
- RECLUS, Élisée. *Nouvelle Géographie Universelle*. La Terre et les Hommes. Amérique du Sud. L'Amazonie et La Plata. Paris: Librairie Hachette, 1894. Tome XIX.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989 (1. ed. 1931).
- REIS, Arthur César Ferreira. A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1959.
- REIS, Arthur César Ferreira. A catequese espanhola - Fritz. In: PINTO, Renan Freitas (org.) *O diário do Padre Samuel Fritz*. Manaus: EDUA; Editora da Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006. p. 131-142.
- SANTA-ANNA NERY, M. Frederico Jose de. *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889. Disponível: <https://www.issuu.com/scduag/docs/bresilen1/6>. Acesso: 10 mar. 2019.
- SARAGOÇA, Lucinda, *Da "Feliz Lusitânia" aos confins da Amazônia*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. Geopolítica portuguesa, controle e formação territorial na Amazônia dos séculos XVII-XVIII: os fortes, as missões e a política pombalina. *Anais do VI Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa, 17-20 out. 2007. Disponível: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_VI_Congresso_APG/actas/_fich/41-M._Goretti_Tavares_-_Geopol%EDtica_portuguesa,_controle_e_forma%E7%E3o_territorial....pdf. Acesso: 20 jan. 2019.